

Recurso Administrativo contra Desclassificação – Concorrência Eletrônica nº 008/2025 – INEA

Recorrente: Multicon Construções e Serviços LTDA
CNPJ: 35.774.124/0001-09

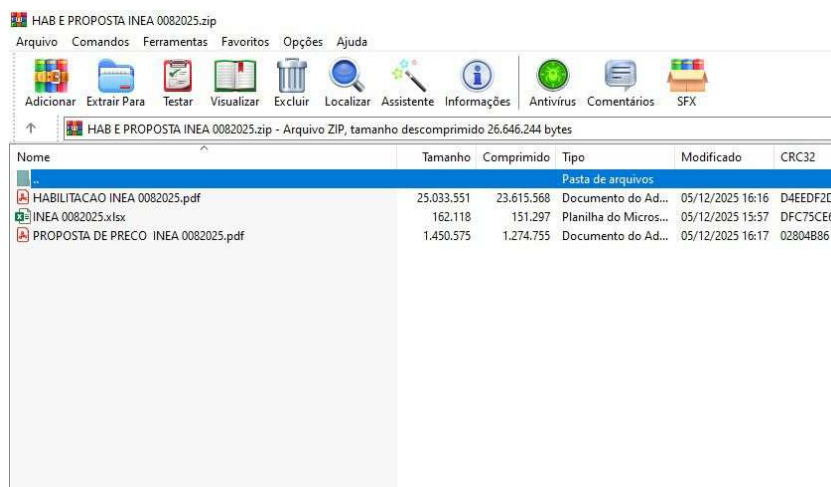
O presente recurso é tempestivo, sendo interposto dentro do prazo previsto no edital e na Lei nº14.133/2021.

A Administração Pública deve observar o princípio do formalismo moderado, segundo o qual eventuais falhas formais ou dúvidas quanto à forma de apresentação dos documentos não podem prevalecer sobre a substância do conteúdo apresentado, sobretudo quando inexistente prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

No presente caso, todos os documentos exigidos pelo edital foram efetivamente apresentados, de forma clara, identificável e auditável, não se tratando de ausência documental, mas sim de equívoco de interpretação ou conferência por parte da Comissão. Assim, a desclassificação da Recorrente revela-se medida desproporcional e incompatível com os princípios que regem as licitações públicas.

ANEXOS – COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

A Recorrente foi convocada para apresentação da proposta final e documentação, tendo encaminhado, por meio do Sistema SIGA, todos os documentos exigidos no edital, em arquivo único compactado (ZIP), forma esta não vedada pelo instrumento convocatório. Ainda assim, foi desclassificada sob a alegação de não envio da planilha orçamentária e da declaração de visita técnica, o que não corresponde à realidade análise fatos.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

d) Referente ao registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA ou CAU (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro), em plena validade.

Foram apresentadas as referidas Certidões:

Registro de Pessoa Jurídica: n.º 77157/2025 – válida até 31/12/2025 (MULTICON, c/ o RT's);

Atendido

e) Declaração de Responsabilidade Técnica:

Atendido

f) Declaração de Visita Técnica:

Não Atendido

g) Declaração de Equipe Técnica

Atendido

h) Declaração de Sistema de Contribuição Previdenciária Patronal

Atendido

i) Declaração de Equipe Técnica

Atendido

j) Declaração de Atendimento ao decreto 43.265/2021

Atendido

l) Declaração de Atendimento ao decreto 36.414/2004

Atendido

j) Declaração Independente de Proposta

Atendido

l) Declaração de Responsabilidade Ambiental

Atendido

m) Declaração de Disponibilidade de Instalações e Aparelhamento Necessários

Atendido



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Diretoria de Recuperação Ambiental - DIRRAM

Referente à **Qualificação Técnica**, informamos que a empresa licitante cumpriu com os requisitos mínimos previstos no edital.

Referente à **Proposta de Preços**, informamos que o desconto global aplicado foi de 25,00%, portanto dentro do limite estipulado no item 7.4 do ato convocatório, porém enfatizamos que a empresa não encaminhou a Planilha de Orçamento Analítico (modelo anexo 05 disponibilizado) referente à essa proposta, em desacordo com o item 5.2 do edital. Sendo assim essa gerência não tem como analisar os descontos aplicados nos itens das parcelas de maior relevância de acordo com o que preceitua o anexo 9.


Rafael Agenor dos Santos
Gerente de Projetos de Engenharia
ID.: 4373132

[illegible]

MULTICON		DESCRIÇÃO: OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DA PONTE DE LIGAÇÃO AO HORTO CENTRAL FLORESTAL SANTOS LIMA, NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA - RJ					
MULTICON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
ETAPA		MÊS1	MÊS2	MÊS3	MÊS4	MÊS5	TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		5.441,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.441,50
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	100,00%
		0,00	16.855,75	16.855,75	16.855,75	16.855,75	67.423,60
3	ENCARGOS COMPLEMENTARES	0%	25%	25%	25%	25%	100,00%
		0,00	5.395,02	5.395,02	5.395,02	5.395,02	21.580,10
4	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS E MOBILIZAÇÃO	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		0,00	33.767,37	0,00	0,00	0,00	33.767,37
5	SERVIÇOS PRELIMINARES	0%	0%	80%	80%	0%	100,00%
		0,00	1.882,12	1.882,12	1.882,12	0,00	4.721,71
6	MOVIMENTO DE TERRA	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
		0,00	40.526,31	0,00	0,00	0,00	40.526,31
7	ESTRUTURAS	0,00%	30%	30%	50%	0%	100,00%
		0,00	43.577,28	60.560,92	100.943,20	0,00	219.886,40
8	PAVIMENTAÇÃO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		0,00	0,00	0,00	0,00	9.831,80	9.831,80
9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0%	25%	25%	25%	25%	100,00%
		0,00	14.526,19	14.526,19	14.526,19	14.526,19	58.116,77
10	AS BUILT	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
		0,00	0,00	0,00	0,00	2.570,94	2.570,94
TOTAL PARCIAL		5.441,50	106.101,43	104.298,30	148.275,78	46.482,19	RS 462.799,81
TOTAL ACUMULADO		5.441,50	161.542,95	265.841,45	414.117,23	460.799,81	

COMPOSIÇÃO

PLANILHA

CRONOGRAMA

BDI

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

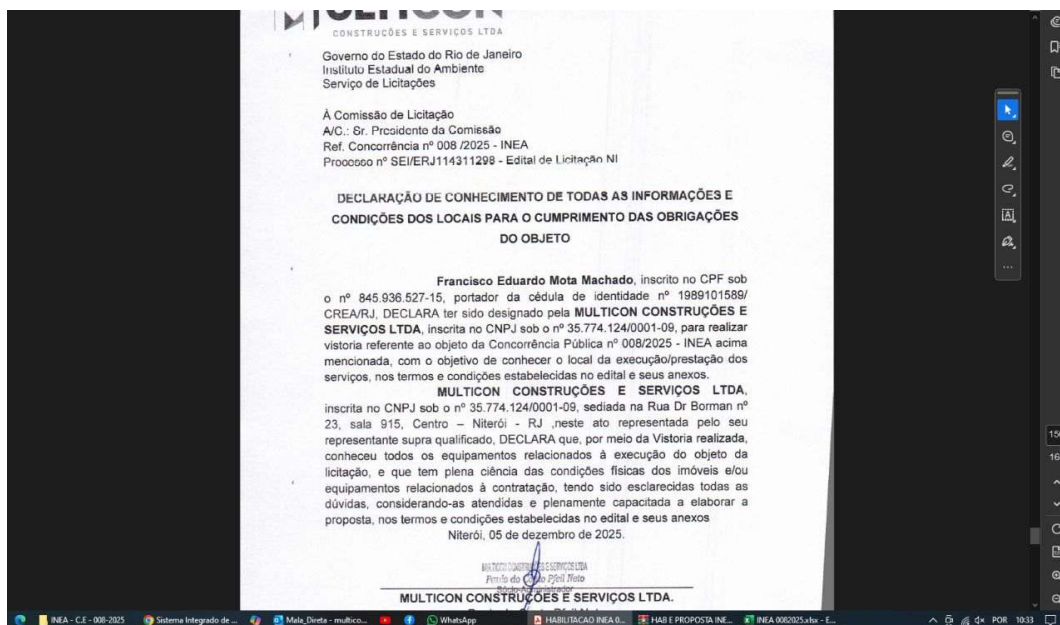
									X =	5,50%				
Y. TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS														
									TIPO	ALIQUOTA				
									Y.1 - DESPESAS FINANCEIRAS	0,90%				
									Y =	0,90%				
Z. TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO														
									TIPO	ALIQUOTA				
									Z.1 - LUCRO PREZUMIDO	6,50%				
									Z =	6,50%				
I. TAXA REPRESENTATIVA DE INCIDENCIA DOS TRIBUTOS (SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA)														
									TIPO	ALIQUOTA				
									I.1 - ISSQN - MUNICIPAL	5,00%				
									I.2 - COFINS - FEDERAL	3,00%				
									I.3 - PIS - FEDERAL	0,65%				
									I.3 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA P/INSS - FEDERAL - Contribuição de 3,6% em função da desoneração de preços lei 13.161/2015	3,60%				
									I =	12,25%				
B.D.I - Benefício de Despesas Indiretas														
									B.D.I =	$\frac{(1+X) (1+Y) (1+Z)}{(1-I)} - 1$	← Fórmula do BDI			
<p>X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras;</p> <p>Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS;</p> <p>Z é a Taxa representativa do LUCRO;</p> <p>I é a Taxa Representativa dos IMPOSTOS.</p>														
									B.D.I com Desoneração =	29,20%				

</

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: EXISTÊNCIA COMPROVADA

No que se refere à planilha orçamentária, sua existência e regularidade restam demonstradas pelos documentos anexados, os quais contêm composição de custos, quantitativos, encargos sociais, BDI e totalização do valor da obra.

Assim, a conclusão acerca de sua ausência não reflete o conteúdo efetivamente apresentado, recomendando-se a reapreciação dos documentos à luz do princípio da verdade material.



VISITA TÉCNICA E ASSUNÇÃO DE RISCOS

A declaração apresentada pela Recorrente evidencia a assunção integral dos riscos técnicos e operacionais relacionados à execução do objeto, deixando expresso o pleno conhecimento das condições físicas do local, dos equipamentos envolvidos e das exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Assim, a finalidade da exigência de visita técnica resta plenamente atendida, não sendo razoável exigir formalidade adicional inexistente no instrumento convocatório, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

DECLARAÇÃO DE VISITA

Quanto à declaração de visita técnica, a interpretação adotada no sentido de sua não aceitação aparenta decorrer de leitura excessivamente restritiva da exigência editalícia, uma vez que o instrumento convocatório não impõe modelo específico nem veda a apresentação de declaração equivalente quanto ao conhecimento das condições do local.

A declaração apresentada pela Recorrente atende à finalidade da exigência, não se vislumbrando prejuízo à Administração ou afronta às regras do certame.

DA ANÁLISE INCOMPLETA DOS DOCUMENTOS

Observa-se, com o devido respeito, que a conclusão adotada quanto à suposta ausência de documentos não decorre de inexistência destes, mas possivelmente de análise incompleta ou insuficiente do conjunto documental apresentado.

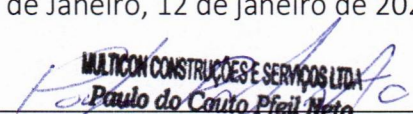
Os arquivos encaminhados pela Recorrente encontravam-se devidamente identificados, organizados e acessíveis no arquivo compactado submetido por meio do sistema eletrônico, circunstância que permitia sua plena verificação no momento da análise.

DA NECESSIDADE DE REAVALIAÇÃO DO CONTEÚDO

Nesse contexto, mostra-se pertinente a reavaliação do conteúdo efetivamente apresentado, de modo a afastar qualquer conclusão fundada em equívoco material, garantindo-se a correta apreciação da documentação e a observância do julgamento objetivo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2026.


MULTICON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Paulo do Couto Pfeil Neto
Sócio-Administrador
MULTICON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ nº 35.774.124/0001-09